



Políticas industriais que reforçam o desenvolvimento concentrador de renda

Há dez anos a sociedade brasileira vem optando por um modelo de desenvolvimento baseado na expansão do consumo, e esta opção tem como uma de suas implicações a diminuição da importância da indústria na sua economia.

Depois de ter construído (desde os anos 50) um parque industrial integrado a duras penas, já que o processo de industrialização foi um forte concentrador de renda, e após a redemocratização ter sido marcada pela ampliação dos gastos sociais (reflexo da Constituição de 1988) para cumprir a opção por um país menos desigual, o Brasil vive hoje uma armadilha: sua opção por consumo (e gastos) está contribuindo para prejudicar a competitividade de sua indústria (*).

No entanto, ao invés dos representantes da sociedade apresentarem soluções de natureza estrutural, que contribuam igualmente e horizontalmente para todos os setores da economia, estes representantes insistem em indicar soluções pontuais, tais como as que vem sendo colocadas para a indústria. Desta forma, como apontado pelos economistas Pedro Ferreira e Renato Fragelli (em artigo para o jornal Valor Econômico, intitulado “Desindustrialização e conflito distributivo”, do dia 18/04/2012), *“o que vem sendo defendido como interesse geral da nação – ao se confundir, propositalmente ou não, objetivos específicos de um grupo econômico com o bem-estar de todos – irá certamente provocar uma piora na concentração de renda e beneficiar um grupo muito restrito”*.

Apesar dos fracassos da PITCE- Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (de 2004) e do PDP (Plano de Desenvolvimento Produtivo, de 2008), e da timidez do PBM - Plano Brasil Maior (de 2012), insiste-se ainda em políticas industriais setoriais através mecanismos de subsídio ou incentivos fiscais que nada mais são do que transferência de renda de toda a população para alguns poucos setores, geralmente de intensivos de capital e de baixa geração de empregos.

Há quase um ano esta newsletter advertiu sobre uma “[proposta indecente](#)” que estava sendo gestada no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia- antigo MCT, com a “intenção” de fortalecer a indústria nacional. Segundo a proposta:

*“... parte substantiva dos recursos do FNDCT deveria estar direcionada para o **núcleo da indústria brasileira**, onde existem empresas que têm capacidade de acumular conhecimento novo para realizar inovação tecnológica através da liderança em produtos e custos, com competitividade internacional sustentada”.*

Naquela newsletter apontávamos as razões técnicas para denominarmos esta proposta como “indecente”. Passados quase 12 (doze) meses, percebemos que os simpatizantes desta proposta ainda insistem em sua viabilização, e para tanto, continuam produzindo documentos que deem vazão à sua proposição.

Quem verificar no site da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (www.abdi.com.br)(entidade criada pelo governo federal em 2004 com a missão de promover a execução da política industrial, em consonância com as políticas de ciência, tecnologia, inovação e de comércio exterior), e clicar no link “Estudos”, vai constatar a existência de um filtro denominado “*Inteligência Industrial*”. Neste filtro podem ser encontrados dois estudos: “*O Núcleo Tecnológico da Indústria Brasileira*”, volumes 1 (com os capítulos de 1 a 7) e 2 (com os capítulos de 8 a 15), ambos publicados em 24/01/2012.

Apesar de constituírem interessantes estudos, escritos a várias mãos (ou cérebros), produzidos por competentes profissionais do IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, da própria ABDI, da UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais, e contando com apoio da FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos, estes estudos partem das premissas contidas na proposta acima destacada; ou seja, de que a economia brasileira possui um núcleo de empresas industriais que inova, e que, portanto mereceria ser “mais apoiado” (pela proposta acima descrita, através “*de parte substantiva dos recursos do FNDCT*”).

Tal como revelado em nossa newsletter de [01/05/2011](#), reafirmamos aqui que o uso de recursos escassos do sistema nacional de ciência, tecnologia e de inovação do país (sintetizados pelo FNDCT) não deveriam ser concentrados nas mãos deste “núcleo tecnológico da indústria brasileira” porque isto representaria tanto ***mais um mecanismo de transferência de renda de toda a população para alguns poucos setores, em geral intensivos de capital e de baixa geração de empregos***, quanto uma afronta às milhares de startups (micro e pequenas empresas emergentes) brasileiras que estão aí no mercado, apostando na garra e no risco, em soluções inovadoras que muito provavelmente não emergiriam em setores protegidos (além, finalmente, da proposta contribuir para um processo de *crowding out* do investimento privado em inovação)!

Se sua empresa, organização ou instituição deseja saber um pouco mais sobre desenvolvimento que “desconcentra renda”, fique a vontade para nos contatar!

(*). Optamos por deixar de explicar o mecanismo causador da perda de competitividade industrial nacional em função do espaço desta newsletter!